

00059

data 21.01.08		Medida	roposição Provisória nº 41	1 28112/07	
autor Deputado Alex Canziani				nº do prontuário 445	
☐ Supressiva	2. Substitutiva	3. ✓ Modificativa	4. 🗌 Aditiva	5. 🗌 Substitutivo global	
Página	Artigo	Parágrafo TEXTO/JUSTIFICAÇÃ	Inciso	alínea	

Art. 20 Para a execução do ProJovem Trabalhador, o Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do disposto no art. 4°, fica autorizado a celebrar convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres com entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, podendo ocorrer despesas de transferência corrente e de capital, na classificação de contribuição, observada a legislação pertinente.

Justificativa:

Com a alteração sugerida para o art. 4°, a transferência de recursos para órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal não precisará ser repetida no art. 20. No entanto, é preciso manter a autorização para transferência de recursos a entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, não tratada no art. 4°, e também deixar bem clara a autorização para execução de despesas de transferência corrente e de capital, na classificação de contribuição, observada a legislação pertinente. Com essa autorização, as entidades privadas executoras do ProJovem Trabalhador poderão receber recursos para adquirirem mesas, cadeiras, equipamentos de informática e outros materiais permanentes, cuja propriedade será do concedente dos recursos, ficando a entidade privada responsável pela posse e guarda durante a execução das ações objeto da parceria. Inclusive, destaca-se que, atualmente, como já regulamentado, o concedente dos recursos registra em seu patrimônio a aquisição desses bens como "Bens em Poder de Terceiros"; portanto, não se trata de aumento de patrimônio dessas entidades privadas com recursos públicos.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Recebido em <u>25 1 / 12008</u> às <u>/ 6</u>-

Hermes / Mat. 17775

PARLAMENTAR

NIV AIL ON